

## TERMO DE REFERÊNCIA N. 005/2025

### 1. OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem como finalidade garantir parâmetros para A CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ, PARA RESOLUÇÃO DA DEMANDA ENCAMINHADA PELA REDE BÁSICA DE SAÚDE, POR MEIO DE CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICAS E/OU PRIVADAS, PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE FORMA COMPLEMENTAR.

1.2. O presente instrumento visa aumentar a resolutividade da Rede Municipal de Saúde de Itajaí com o aumento da realização de procedimentos e exames ambulatoriais e de média complexidade, conforme procedimentos do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimento, Medicamentos e OPM do SUS.

1.3. Os serviços deverão ser prestados em estabelecimentos de saúde de responsabilidade do CREDENCIADO, à população do município de Itajaí ou usuários de outros municípios mediante PPI – Programação Pactuada Integrada correspondente a Região de Saúde adscrita consorciados ao CIS-AMFRI, conforme tabela disposta no Item 8.

1.3.1. Neste credenciamento de consultas e terapias, o prestador ou profissional contratado poderá, a pedido da gestão municipal, atuar nas instalações físicas das unidades de saúde da Contratante, mediante disponibilidade de espaço físico e recursos adequados para que o profissional possa atender de forma eficaz e resolutiva.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Torna-se necessário a contratação de prestadores de serviços, pois o Município de Itajaí não dispõe de unidades de saúde 100% SUS para atender toda a demanda de exames e consultas de todos os seus munícipes;

2.2. O município conta com uma vasta rede de atenção em saúde suplementar, porém encontra-se em defasagem em decorrência da finalização de contrato de muitos prestadores anteriormente credenciados, fragilizando a prestação de serviço a todo território municipal. Assim sendo, torna-se imperativo a contratação de novos prestadores, bem como a ampliação dos serviços suplementares de saúde de Itajaí;

2.3 A Lei 8.080/90 estabelece que a saúde é um direito de todos os cidadãos brasileiros, independentemente de raça, sexo, ocupação ou outras características pessoais, cabendo aos entes federativos (União, os estados e os municípios) deliberarem quanto a garantia do acesso a saúde da população, podendo ser a saúde suplementar uma alternativa para promoção de saúde e redução de agravos a saúde.

2.4. Embora a rede de saúde de Itajaí 100% SUS possua um expressivo quantitativo, esta não consegue suprir toda a gama de demanda considerando sua complexidade, necessitando ampliar o número de dispositivos e prestadores de saúde para atendimento da população.

2.5. Atualmente o município de Itajaí possui um edital de credenciamento vigente (edital 002/2025), entretanto em decorrência de alteração dos valores de referência da tabela do consórcio AMFRI, referente aos procedimentos de cintilografia, o referido item restou deserto no presente certame. Assim sendo, tornou-se necessária a atualização do valor dos códigos de cintilografia, garantindo a ampla concorrência entre os possíveis credenciados, evitando que o item reste deserto novamente.

2.6. Referente ao edital 002/205 constatou-se, também, que os procedimentos de tomografia e ressonância encontravam-se com o valor já ajustado de acordo com a tabela AMFRI, porém com o contraste separado em um valor não equiparado ao valor AMFRI, gerando um custo maior ao município. Mediante análise da tabela SIGTAP, evidencia-se que os procedimentos de ressonância não são faturados separadamente ao contraste, não sendo sugerido o valor anteriormente publicado. Referente às tomografias torna-se necessário a publicação do valor corrigido via AMFRI, por especificidade da tomografia, diferentemente do que foi praticado, considerando a publicação com o valor médio estimado, gerando dificuldade no lançamento da produção dos prestadores, bem como a compreensão dos mesmos referente aos valores individuais de cada procedimento.



2.7. No que diz respeito a demanda de atendimento de paciente com Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, embora consigamos encaminhar paciente ao CTEA, ao CER II, identifica-se demanda reprimida superior as vagas ofertadas pela rede, não sendo possível o município suprir tal demanda. Atualmente constata-se 564 pacientes na fila de Acompanhamento Multidisciplinar em Reabilitação para Autismo. Percebe-se que no edital de credenciamento 002/2025 não foram publicados procedimentos de diagnósticos para autismo e apenas procedimentos terapêuticos. Nesse sentido torna-se necessário a publicação de procedimentos de avaliação, considerando que possuímos mais de 500 pacientes aguardando diagnóstico de TEA, além dos pacientes aguardando o processo terapêutico com diagnóstico definido.

2.8. Os aspectos acima descritos, também se aplicam aos procedimentos de avaliação audiológica que são: audiometria, imitanciometria, logaudiometria, PEATE, assim como os procedimentos odontológicos. Foram incluídos no credenciamento 002/2025 com valores muito inferiores a SIGTAP ou valores praticados na regulação de Saúde do município de Itajaí.

### 3. DA NATUREZA DO OBJETO

3.1. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.1.1 Os requisitos encontrados para a contratação, são com Entidades Filantrópicas, privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no Município de Itajaí, **na realização de procedimentos e exames eletivos de média complexidade**, destinados a atender usuários do Sistema Único de Saúde na em diversas especialidades médicas para pacientes cadastrados na fila única de Saúde.

3.1.2. A contratação se dará de forma direta aos procedimentos mencionados na tabela no item 8, os quais deverão ser executados por profissionais e em unidade da empresa contratada, que serão pagos com recursos vinculados federais ou próprios municipais, **pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da lei.**

3.1.3. A contratação para realização de procedimentos eletivos será celebrada entre a Contratante e a Contratada, nos quantitativos e especialidades relacionadas neste Termo de Referência, que serão pagos com recursos vinculados federais ou próprios municipais. Conforme demanda a Lei 14.133/2021 em seu art. 79 o credenciamento poderá ser utilizado nos moldes dos seus incisos, devendo a administração Pública justificar o modelo adotado.

3.1.4. No presente objeto, realizar-se-á contratação de forma paralela e não excludente, sendo a forma mais vantajosa para a Administração para a contratação deste objeto, onde poderá realizar a contratação simultânea em condições padronizadas, para prestigiar o princípio da isonomia, permitindo que os particulares definam de antemão se possuem condições de fornecer o objeto adequado para suprir a necessidade da Administração.

3.1.5. Assim, os interessados serão credenciados de acordo com a apresentação dos documentos necessários. Após selecionados, haja vista não haver a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados (caso houver mais de uma empresa interessada), há a necessidade de previsão de convocação em sistema de rodízio ou realizar processo de desempate.

3.1.6. A distribuição dos quantitativos definidos neste Termo de Referência se dará entre todas as empresas credenciadas, considerando a quantidade ofertada de cada credenciado, de modo que a repartição total dos quantitativos necessário ocorra de forma igualitária e/ou proporcional à estrutura disponibilizada ao SUS.

3.1.7. Será considerada como quantidade ofertada aquela ratificada e/ou retificada pelo Departamento da SMS, de acordo com a estrutura disponibilizada ao SUS. Portanto, após a publicação da homologação do resultado, os credenciados serão notificados para tomar conhecimento quanto à distribuição do teto físico, e caso não haja a



aceitação do teto disponível, o mesmo deverá assinar Termo de Desistência do Credenciamento.

3.1.8. Havendo a desistência de algum prestador selecionado, o seu teto financeiro será redistribuído entre os demais interessados aptos a contratar que apresentaram proposta para o lote/item que houve desistência.

3.1.9. A prestação dos serviços compreenderá o atendimento ambulatorial que corresponde às consultas, exames e durante todo o atendimento ambulatorial.

3.1.10. Área de Abrangência e Delimitação Geográfica deverá ser necessariamente o prestador habilitado, além de possuir em seu cadastro CNES, capacidade instalada nas especialidades a que se propõe, para tal, deverá ter sua estrutura no Município de Itajaí.

3.1.11. Os procedimentos ambulatoriais serão pagos conforme execução, de acordo com produção apresentada e auditada, seguindo as recomendações estabelecidas de acordo com os sistemas de informação ambulatorial utilizados e reconhecidos pelo Ministério da Saúde.

#### 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Sempre será compreendido que o presente Edital de Chamamento Público e seus anexos foram cuidadosamente examinados e entendidos pelos interessados, sendo assim, todo o processo será fiel ao cumprimento das cláusulas dispostas nesta documentação, não sendo consideradas prejuízos devido à omissão ou negligência em decorrência do desconhecimento ou erro interpretação de quaisquer dos seus itens.

4.2. A pessoa jurídica credenciada deverá manter-se regular perante a contribuição com o INSS e FGTS;

4.3. A necessidade do serviço a ser contratado será estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, através deste (Imprensa Oficial do Município) e no site da Prefeitura Municipal de Itajaí para conhecimento de todos os interessados.

4.4. A produção dos serviços será estabelecida de acordo com a programação definida pelo pela Secretaria Municipal de Saúde e setor de Regulação de Itajaí;

4.5. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu setor da Regulação, fiscalizará os serviços credenciados conforme disposto no item 9 do Termo de Referência, levando consideração o interesse do município e seguindo os critério de resolutividade e otimização do recurso público, em relação ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo credenciado, podendo sempre que necessário, realizar vistorias nas dependências físicas do prestador de serviço a ser contratado, para verificar se o mesmo obedece às condições técnicas básicas, anteriormente a assinatura do contrato.

4.6. Caso exista mais de uma instituição/prestador de serviço credenciado para os serviços ofertados, será efetivada uma avaliação pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, visando constatar a necessidade de contratação de um ou mais prestadores para o mesmo serviço.

4.6.1 A avaliação para a contratação e os critérios de desempate se darão da seguinte forma: Será analisada a documentação apresentada, sendo que a classificação se dará na seguinte ordem: maior infraestrutura para atender a demanda dos pacientes e por maior oferta de consultas/exames mensais.

4.6.2 A equipe técnica será composta por pelo menos um Médico Regulador, a Direção de Regulação, Controle e Avaliação, Gerente de Controle e Avaliação Gerente de Regulação Ambulatorial e o Direção Executiva de Ações em Saúde, podendo esta direcionar um profissional para composição de equipe técnica.

4.7. O prazo de vigência do Termo do Contrato decorrente deste Credenciamento inicia-se no ato da assinatura do mesmo e terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no interesse da Administração, observados os dispositivos da Lei 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

4.8. Serão admitidos a participar deste credenciamento somente os que estejam legalmente estabelecidos na forma da Lei, para todos os fins do objeto publicado.

4.9. Os interessados ao credenciamento deverão apresentar carta de credenciamento com a indicação do representante credenciado para exercer a representação legal às ações necessárias em nome da empresa em todas as etapas do edital, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular conforme modelo ANEXO II.

4.10. Os interessados deverão declarar que estão cientes e de total acordo com o regulamento de



credenciamento, conforme modelo ANEXO III.

4.11. Os interessados deverão preencher o ANEXO VI informando o procedimento o qual desejam fornecer por meio do presente credenciamento e sua capacidade de oferta mensal, de acordo com o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos- SIGTAP, Medicamentos e OPM do SUS.

4.12. Os interessados deverão preencher o ANEXO X informando que os procedimentos contratados respeitarão e seguirão as normativas de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS – SIGTAP com relação à idade mínima e máxima, respeitando outras legislações vigentes.

4.13. Os exames contratados respeitarão a quantidade máxima por paciente conforme a Tabela de Procedimentos do SUS – SIGTAP.

## **5.DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO**

5.1 A contratação da solução escolhida será efetivada por meio de credenciamento de prestadores de serviços de saúde.

5.2 O fornecedor será considerado habilitado, no credenciamento, conforme apresentação de documentações contidas nos itens 7 e 8 não apresentando inconsistência e não apresentando quaisquer implicações descritas no item 17, garantindo assim capacidade técnica para fornecer os procedimentos credenciados.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

6.1. Poderão credenciar-se todos os interessados em pessoa jurídica, da área da saúde que estejam legalmente estabelecidos para os fins do objeto direcionado, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de credenciamento;

6.2 Não poderão participar deste Credenciamento:

6.2.1. Os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos I a IV, do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021;

6.2.2. Empresas que se encontrem em processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou de incorporação, bem como as que se apresentem na forma de empresas em Consórcios;

6.2.3. As instituições cujos proprietários, diretores e sócios pertençam ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Itajaí e suas Secretarias, sendo efetivos, contratados ou comissionados, e que principalmente façam parte da gestão da Secretaria Municipal de Saúde deste município.

## **7. DAS INSCRIÇÕES E HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO**

7.1. Os interessados deverão ser pessoas jurídicas e deverão submeter as seguintes documentações:

- a) Anexo II – Carta de credenciamento: apresentação dos documentos do representante do credenciado;
- b) Anexo III – Declaração de aceitação do edital de credenciamento;
- c) Anexo IV – Ficha de identificação do prestador de serviço;
- d) Alvará Sanitário emitido pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria do Estado de Saúde ou órgão Municipal de Vigilância Sanitária do estabelecimento indicado se for o caso;
- e) Contrato social ou declaração de Firma Individual ou Estatuto social devidamente registrado em cartório, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- f) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- h) Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, relativos ao domicílio ou sede da entidade, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto;
- i) Corpo clínico – anexar: cópia do Diploma, Especialidade e o Registro na entidade de classe (CRM, CRO) e quando for necessário o Registro de Qualificação de Especialista – RQE;
- j) Recursos Humanos – discriminar e quantificar cargo por categoria;
- k) Relação de equipamentos/ aparelhos técnicos especializados;
- l) Certidão Negativa de débitos da Secretaria da Fazenda na sede do Município do Credenciado, com data atualizada;
- m) Certidão Negativa de débitos da Secretaria da Fazenda Estadual, com data atualizada;





- n) Certidão Negativa de débitos da Secretaria da Fazenda Federal, com data atualizada;
- o) Certidão Negativa pelo de Débitos Trabalhistas – CNDT, com data atualizada;
- p) Certidão Negativa de débito do FGTS com data atualizada;
- q) Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- r) Certidão Negativa de Tributos Mobiliários da PMI ou documento que comprove a sua isenção;
- s) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS - SAÚDE para os Estabelecimentos de Saúde sem fins lucrativos, reconhecidos como Entidade Beneficente de Assistência Social, quando couber.
- t) Currículo resumido do Responsável Técnico (sendo obrigatoriamente funcionário da unidade), com cópia dos seguintes documentos: Diploma de Graduação, Certificado de Especialidade (devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Classe) e Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional de Classe). Caso não conste na Carteira de Identidade Profissional, anexar também cópia do RG – Carteira de Identidade e do CPF/MF;
- u) Relação nominal dos profissionais que compõe a equipe técnica da unidade, informando nome, CPF, carga horária semanal e inscrição no respectivo conselho;
- v) Cadastro nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;
- w) Anexo V – Minuta do Contrato;
- x) Anexo VI – Quadro de Procedimentos a serem realizados, com o código e nomenclatura da tabela do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS;
- y) Anexo VII – Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo Para Habilitação;
- z) Anexo VIII – Declaração de Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor;
- aa) Anexo IX – Declaração de Não Parentesco;
- bb) Anexo X – Declaração de Cumprimento das Obrigações Relativas à Idade Conforme Tabela SIGTAP (tabela do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS).

## 8. DA APRESENTAÇÃO E SUBMISSÃO DAS DOCUMENTAÇÕES DE INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO

8.1. As inscrições para o credenciamento se darão pelo interessado, a partir da primeira data de publicação do aviso deste edital até vigência do mesmo, mediante submissão e envio dos documentos abaixo relacionados, em formato digital (arquivo em PDF) e legíveis, por meio da plataforma do BNC - COMPRAS, utilizando o link <https://bnccompras.com/>, seguindo as instruções deste termo de referência. Todos os documentos que requerem assinatura, deverão encontrar-se assinados digitalmente pela plataforma [www.gov.br/](http://www.gov.br/).

**8.2. O cadastro das empresas no BNC deve ser feito no site <https://bnccompras.com/>.**

**6.4.1. Em caso de dúvidas as empresas podem entrar em contato com o suporte da BNC: Telefone e WhatsApp – (42) 3026-4550; e-mail – [contato@bnc.org.br](mailto:contato@bnc.org.br)**

8.3. Os interessados poderão ter acesso ao edital através do site oficial da Prefeitura de Itajaí, no link a seguir: <https://intranet2.itajai.sc.gov.br/licitacoes/usuario-externo/>

8.4 O credenciamento poderá ser requerido durante todo o seu período de vigência, de forma online e digital, mediante o cumprimento dos requisitos relacionados no 07 deste edital.

8.5. O presente edital vigorará por 60 (sessenta) meses a partir da sua publicação.

8.5.1. Mediante necessidade de novas adequações referente a valores ou inclusões de procedimentos no presente edital, será realizada errata previamente publicada em veículo oficial.

8.6. as documentações descritas no item 5 deverão ser apresentadas e encaminhadas em plataforma digital por meio do ambiente do BNC seguindo os passos a seguir:

- a) Acessar o link: <https://bnccompras.com/>
- b) Clicar no ícone “CADASTRAR FORNECEDOR” e preencher dados da empresa; (caso o prestador já tenha acesso, apenas iniciar o acesso com o e-mail e senha);



- c) Anexar os documentos descritos no item 07;
- d) Após conclusão e análise do processo de credenciamento, constará no acesso do prestador a informação de que a empresa encontra-se habilitada ao credenciamento;
- e) Após credenciamento setor de Regulação Controle e Avaliação receberá as documentações enviadas, e direcionará junto a Secretaria de Compras a emissão do contrato.

## 8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA DO OBJETO

### 8.1. Descrição dos procedimentos, consultas e exames e seus valores a serem credenciados:

#### LOTE 01 – EXAMES

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR MÉDIO	NECESSIDADE DE OFERTA ANUAL
1	<p>Grupo de Tomografia Computadorizada</p> <p>Todos os procedimentos referentes a este Grupo está descrito na TABELA 01</p> <p>A composição do Valor Final a ser pago será o Valor da Tabela SIGTAP mais a suplementação municipal, conforme TABELA 01</p>	233,92	6500
2	<p>Grupo de Ressonância Magnética</p> <p>Todos os procedimentos referentes a este Grupo está descrito na TABELA 02</p> <p>A composição do Valor Final a ser pago será o Valor da Tabela SIGTAP mais a suplementação municipal, conforme TABELA 02</p>	436,59	6500
3	Taxa de Sedação*	530,00	150

TABELA 01

CÓDIGO SIGTAP	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICÍPIO	VALOR FINAL
0206010010	Tomografia Computadorizada de Coluna Cervical	86,76	130	216,76
0206010036	Tomografia Computadorizada de Coluna Torácica	86,76	130	216,76



0206010044	Tomografia Computadorizada de Face/Seios da Face/ Articulações Temporo-Mandibulares	86,75	130	216,76
0206010052	Tomografia Computadorizada do Pescoço	86,75	130	216,76
0206030029	Tomografia Computadorizada de Articulações Membro Inferior	86,75	130	216,76
0206020015	Tomografia Computadorizada de Articulações de Membro Superior	86,75	130	216,76
0206020023	Tomografia Computadorizada de Segmentos Apendiculares – (Braço, Antebraço, Mão, Coxa, Perna, Pé)	86,75	130	216,76
0206010060	Tomografia Computadorizada de Sela Túrcica	97,44	130	227,44
0206010079	Tomografia Computadorizada do Crânio	97,44	130	227,44
0206010079	Tomografia Computadorizada de Órbitas	97,44	130	227,44
0206010079	Tomografia Computadorizada de Ouvidos e Mastóides	97,44	130	227,44
0206020031	Tomografia Computadorizada de Tórax	136,41	130	266,41
0206030010	Tomografia Computadorizada de Abdômen Superior	138,63	130	268,63
0206030037	Tomografia Computadorizada de Pelve/Bacia/Abdômen Inferior	138,63	130	268,63
0206010087	Tomomielografia Computadorizada (ou tomocisternografia) – inclui punção e contraste	138,63	130	268,63



TABELA 02				
CÓDIGO SIGTAP	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICÍPIO	VALOR FINAL
0207010013	Angioressonância Cerebral (arterial ou venosa)	268,75	107,75	376,5
0207030030	Ressonância Magnética de Membro Inferior (Unilateral)	268,75	130	398,75
0207030049	Ressonância Magnética de Vias Biliares/Colangioressonância	268,75	130	398,75
0207030057	Ressonância Magnética Multiparamétrica de Próstata	268,75	130	398,75
0207010021	Ressonância Magnética De Articulação Temporo-Mandibular (Bilateral)	268,75	130	398,75
0207010064	Ressonância Magnética De Face	268,75	130	398,75
0207010030	Ressonância Magnética de Coluna Cervical/Pescoço	268,75	130	398,75
0207010048	Ressonância Magnética de Coluna Lombo-Sacra	268,75	130	398,75
0207010056	Ressonância Magnética de Coluna Torácica	268,75	130	398,75
0207020035	Ressonância Magnética de Tórax	268,75	130	398,75
0207020035	Ressonância Magnética de Mama Bilateral	268,75	130	398,75
0207010064	Ressonância Magnética de Crânio	268,75	130	398,75
0207010064	Ressonância Magnética de Ouvidos e Mastóides	268,75	130	398,75
0207010064	Ressonância Magnética de Órbitas	268,75	130	398,75
0207010072	Ressonância Magnética de Sela Túrcica	268,75	130	398,75
0207020027	Ressonância Magnética de Membro Superior (Unilateral)	268,75	130	398,75
0207030014	Ressonância Magnética de Abdômen Superior	268,75	130	398,75
0207030022	Ressonância Magnética de Bacia/Pelve/Abdômen	268,75	130	398,75





	Inferior			
0207020019	Ressonância Magnética De Coração / aorta com cine	361,25	778,75	1.140,00

- a) O item SEDAÇÃO destina-se a sedação total e profunda do paciente, incluindo honorários de médicos anestesista, sendo necessária carrinho de emergência, desfibrilador, bem como equipamentos e materiais para intubação ou medicações e materiais próprios para cardioversão e atenção em urgência referente a parada cardiorrespiratória. Será faturada a sedação com base na descrição da BPAi, emitida pelo solicitante.
- b) Os grupos de tomografia e ressonância já incluem o contraste no valor final, sendo este equacionado com base na tabela AMFRI. O prestador fará o exame com contraste mediante descrição do profissional solicitante contida na BPAi. Assim sendo não será faturado tomografia ou ressonância com o procedimento de contraste de forma separada, considerando que o valor final do procedimento já inclui o contraste.

LOTE 02 - MEDICINA NUCLEAR					Capacidade Oferta Anual
CÓDIGO SIGTAP	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	VALOR FINAL	NECESSIDADE DE OFERTA ANUAL
0208030026	Cintilografia de Tireoide com ou sem Captação	77,28	391,09	468,37	60
0208030034	Cintilografia de Tireoide com Teste de Supressão/ Estimulo	107,30	32,19	139,49	48
0208030042	Cintilografia para Pesquisa do Corpo Inteiro	338,70	193,47	532,17	24
0208090010	Cintilografia de Corpo Inteiro Com Galio 67 P/ Pesquisa De Neoplasias	906,80	272,04	1227,72	12
0208030018	Cintilografia de Paratireoides	324,54	207,73	532,27	24
0208040056	Cintilografia Renal/Renograma (Qualitativa e/ou Quantitativa	133,03	258,80	391,83	150
0208040102	Estudo Renal Dinâmico Com ou Sem Diurético	165,24	-	165,24	100



0208040030	Cintilografia de Testículo e Bolsa Escrotal	108,94	38,70	147,64	<b>12</b>
0208040072	Cistocintilografia Indireta	144,50	358,21	502,71	<b>12</b>
0208040064	Cistocintilografia Direta	122,97	42,50	165,47	<b>12</b>
0208050019	Cintilografia de Articulações e/ou Extremidades e/ou Osso	180,32	65,47	245,79	<b>12</b>
0208050035	Cintilografia de Ossos com ou sem Fluxo Sanguíneo (Corpo Inteiro)	190,99	533,50	724,49	<b>700</b>
0208060022	Cisternocintilografia (Incluindo Pesquisa e/ou Avaliação do Trânsito Liquórico)	205,34	74,80	280,14	<b>12</b>
0208080040	Linfocintilografia	141,33	523,88	665,21	<b>24</b>
0208070010	Cintilografia de Pulmão com Galio 67	457,55	163,63	621,18	<b>12</b>
0208010017	Cintilografia de Coração com Galio 67	457,55	161,97	619,52	<b>12</b>
0208040021	Cintilografia de Rim com Galio 67	457,55	137,27	594,82	<b>12</b>
0208050043	Cintilografia de Segmento Ósseo com Galio 67	457,55	1013,60	1471,15	<b>10</b>
0208070036	Cintilografia de Pulmão Por Inalação (Mínimo 02 Projeções)	128,12	38,44	166,56	<b>12</b>
0208070028	Cintilografia de Pulmão para Pesquisa De Aspiração	127,51	89,98	217,49	<b>12</b>



0208070044	Cintilografia de Pulmão Por Perfunção (Mínimo 04 Projeções)	130,50	889,50	1020,19	<b>12</b>
0208010041	Cintilografia de Miocárdio para Localização de Necrose (Mínimo 3 Projeções)	166,47	58,11	224,58	<b>20</b>
0208010025	Cintilografia de Miocárdio para Avaliação da Perfunção em situação de Estresse (Mínimo 3 Projeções)	408,52	410,50	819,02	<b>1.300</b>
0208010033	Cintilografia de Miocárdio para Avaliação da Perfunção em Situação de Repouso (Mínimo 3 Projeções)	383,07	311,84	694,91	<b>1.300</b>
0208020071	Cintilografia p/ Estudo de Trânsito Gástrico	144,22	51,14	196,36	<b>12</b>
0208020101	Cintilografia para Pesquisa de Hemorragia Digestiva não Ativa	310,82	109,35	420,17	<b>12</b>
0208010084	Cintilografia Sincronizada de CamarasCardiacas em Situacao de Repouso (Ventriculografia)	176,72	61,17	237,89	<b>12</b>
0208020080	Cintilografia P/ Pesquisa de Diverticulose de Meckel	114,86	43,06	157,92	<b>12</b>
0208040080	Determinacao de Filtracao Glomerular	63,22	-	63,22	<b>12</b>
0208040099	Determinacao de Fluxo	63,22	-	63,22	<b>12</b>



	Plasmático Renal				
0208060014	Cintilografia de Perfusão Cerebral c/ Talio (Specto)	438,01	151,91	589,92	12
0208080015	Cintilografia de Sistema Reticulo-Endotelial (Medula Ossea)	112,61	68,19	180,80	12
0303120061	Tratamento de Hipertireoidismo (Plummer – Até 30 MCI)	443,70	-	443,70	12
0303120070	Tratamento de Hipertireoidismo Graves	359,70	-	359,70	12
0208060030	Estudo de Fluxo Sanguíneo Cerebral	119,16	-	119,16	12

**LOTE 03 - PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA PARA TEA.**

**LOTE 03 - ATENDIMENTOS PARA FINS DIAGNÓSTICOS DE PACIENTES COM SUSPEITA DE TEA**

<b>CÓDIGO SIGTAP</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>VALOR SUS</b>	<b>SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>VALOR FINAL</b>	<b>NECESSIDADE DE OFERTA ANUAL</b>
0301010048	Consulta de profissional de nível superior (exceto médico) na atenção especializada para avaliação diagnóstica multiprofissional em TEA - <b>Fonoaudiologia</b>	6,30	-	50,00	<b>12.000</b>
0301010048	Consulta de profissional de nível superior (exceto médico) na atenção especializada para avaliação diagnóstica multiprofissional em TEA	6,30	-	50,00	<b>12.000</b>



	<b>- Fisioterapia/ Terapia Ocupacional</b>				
0301010048	Consulta de profissional de nível superior (exceto médico) na atenção especializada para avaliação diagnóstica multiprofissional em TEA <b>- Psicologia</b>	6,30	-	50,00	<b>12.000</b>

- a) Para que o prestador seja considerado APTO ao credenciamento do grupo de Procedimentos contidos no Lote 03, este deverá fornecer equipe multiprofissional contendo obrigatoriamente as seguintes especialidades: Fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo. Todos os itens descritos na tabela acima, devem ser executados, na mesma estrutura física, estando vedado a quarteirização do serviço ou transferências de atendimentos para outra instituição;
- b) O Prestador a ser credenciado poderá também fornecer equipe devidamente habilitada para atuarem de forma multiprofissional nas unidades de saúde da Contratante, desde que seja identificada espaço e condições estruturais adequadas para a atuação dos profissionais;
- c) O critério de produção do credenciado deverá se embasar na avaliação preliminar do paciente por equipe multiprofissional determinada, que definirá quais especialidades e frequência que o paciente deverá ser submetido, não ultrapassando a periodicidade de uma vez por semana por especialidade.
- d) O Credenciado deverá comprovar formação técnica dos profissionais e experiência na área de Tratamento e acompanhamento terapêutico para pacientes com Transtorno de Espectro Autista - TEA;

#### **LOTE 04 - GRUPO DE AVALIAÇÃO AUDIOLÓGICA**

<b>LOTE 04 - GRUPO DE AVALIAÇÃO AUDIOLÓGICA</b>			
<b>LOTE 04.01</b>			
<b>ITEM</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>QUANT. ANUAL</b>
1	<p>Grupo de Avaliação Audiológica</p> <p>Todos os procedimentos referentes a este Grupo está descrito na TABELA 03</p> <p>A composição do Valor Final a ser pago será o Valor da Tabela SIGTAP mais a suplementação municipal, conforme TABELA 03</p>	40,42	<b>4.500</b>





**TABELA 03**

<b>CÓDIGO</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>VALOR SUS</b>	<b>SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>VALOR FINAL</b>
0211070203	Imitanciometria	46,00	-	46,00
0211070033	Audiometria Campo Livre	20,13	-	20,13
0211070041	Audiometria Tonal Limiar	42,00	-	42,00
0211070211	Logaudiometria	52,00	-	52,00
0211070025	Audiometria de Reforço Visual (Via aérea / Via óssea)	21,00	21,00	42,00

**LOTE 04.2**

<b>CÓDIGO</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>VALOR SUS</b>	<b>SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>VALOR FINAL</b>	<b>QUANT. ANUAL</b>
	Videofluoroscopia da Deglutição	-	200,00	200,00	<b>120</b>
0211050113	Potencial Evocado Auditivo – BERA PEATE	93,76	206,24	300,00	<b>1.500</b>
0211070050	Avaliação Auditiva Comportamental	18,00	-	18,00	<b>2.000</b>

- a) Os exames de Videofluoroscopia da Deglutição deverão conter a imagem dinâmica a ser entregue a gravação para o paciente.

**LOTE 05 - PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICOS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA**

**LOTE 5 - PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS**

<b>CÓDIGO</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>VALOR SUS</b>	<b>SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>VALOR FINAL</b>	<b>QUANT. ANUAL</b>
0307020037	Tratamento Endodôntico de Dente Decíduo <sup>2</sup>	5,59	92,41	98,00	<b>1.200</b>



0307020045	Tratamento Endodôntico de Dente permanente birradicular <sup>2</sup>	5,71	459,29	465,00	<b>1.500</b>
0307020053	Tratamento Endodôntico de Dente permanente com três ou mais raízes	6,95	668,05	675,00	<b>1.500</b>
0307020061	Tratamento Endodôntico de Dente permanente unirradicular <sup>2</sup>	4,41	375,59	380,00	<b>1.200</b>
0414020278	Remoção de Dente Retido	22,72	237,28	260,00	<b>500</b>
0414020138	Exodontia de Dente Permanente (por elemento, incluindo decíduos e raiz residual)	-	260,00	260,00	<b>500</b>
0414020146	Exodontia Múltipla com Alveoloplastia por Sextante	12,98	387,02	400,00	<b>150</b>
0204010179	Radiografia panorâmica	9,03	15,97	25,00	<b>500</b>

a) Os procedimentos de endodontia serão faturados por paciente. O valor a ser pago será faturado, compreendendo o procedimento individualizado do início ao fim do tratamento.

**LOTE 06 - CONSULTA DE PROFISSIONAL DE ENSINO SUPERIOR EXCETO MÉDICO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA**

<b>CÓDIGO</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>VALOR SUS</b>	<b>SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>VALOR FINAL</b>	<b>QUANT. ANUAL</b>
0301010048	Consulta de profissional nível superior exceto médico - TERAPEUTA OCUPACIONAL	6,30	63,70	70,00	<b>1.500</b>

**9. DO CONTRATO E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**9.1. Ao credenciado competirá:**

9.1.1. Atender à solicitação do fornecimento do serviço, que será solicitado ao e-mail do credenciado, ou telefone informado no formulário de solicitação de credenciamento, com retorno no prazo de 5 (cinco) dias úteis para agendamento;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**Gabinete da Secretária de Saúde de Itajaí**  
 Rua Adolfo Konder, nº 250 – São Vicente – Itajaí/SC  
 Telefone: (47) 3249-5549 | e-mail: gabinete.sms@itajaí.sc.gov.br

9.1.2. No retorno do agendamento, o credenciado deve informar data, horários e nome do profissional escalado para o atendimento solicitado, bem como o número de registro profissional no órgão de classe em Santa Catarina;

9.1.3. Garantir que o profissional designado esteja devidamente apto e registrado no Conselho de classe de Santa Catarina (CRO/SC, CRM/SC, COREN/SC ou outro);

9.1.4. Manter a Relação de Profissionais que compõem a equipe técnica atualizada junto ao município e ao CNES;

9.1.5. Fornecer o equipamento necessário ao atendimento da sua especialidade e insumos inerentes ao atendimento;

9.1.6. Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

9.1.7. Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao Município sobre os serviços prestados de maneira adequada;

9.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

9.1.9. Utilizar o sistema de informação em prontuário eletrônico e regulação de vagas para agendamento designado pela Contratante, gerando todas as informações de faturamento pelo sistema do município;

9.1.10 Prestar, de imediato, todos os esclarecimentos que forem requeridos pela Contratante, e atender e/ou responder às reclamações/ouvidorias relativas aos serviços prestados;

9.1.11. Realizar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou quarteirizações;

9.1.12. Informar a Contratante, por escrito em veículo oficial determinado, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

9.1.12.1. No que se refere o item 3.1.12, o credenciado realizará o comunicado de impossibilidade momentânea de prestação do serviço, já informando o prazo de normalização de atendimento, que será no máximo 15 dias úteis para normalização;

9.1.13. O atendimento ao usuário do SUS deverá ser humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH (Ministério da Saúde, 2004) e a Carta de Direitos do Usuário do SUS (Ministério da Saúde, 2011), conforme o item III do terceiro princípio que assegura ao cidadão atendimento acolhedor e livre de discriminação, visando à igualdade de tratamento e a uma relação mais pessoal e saudável.

9.1.14. O Credenciado deverá encaminhar para faturamento:

9.1.14.1. O relatório de produção de procedimentos realizados, respeitando o teto contratualizado, emitido por meio do sistema de prontuário eletrônico designado pelo município Contratante, assinado digitalmente pelo profissional responsável legal da Credenciada;

9.1.14.2 Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior.

9.1.15. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;

9.1.16. Fornecer vaga de retorno aos pacientes atendidos no prazo de 30 (trinta) dias, quando pelo mesmo motivo da consulta inicial;

9.1.11. Fornecer toda assistência e informações necessárias para o atendimento dos usuários;

## **9.2. Ao Município Contratante competirá:**

9.2.1. Efetuar controle interno dos procedimentos realizados em que foram necessários à prestação do serviço da CONTRATADA;

9.2.2. Executar o faturamento da produção, com base nas informações e documentos fornecidos pela CONTRATADA, e pelo controle dos responsáveis pelos setores, que deverão fornecer os dados por escrito conforme previamente estipulado pela CONTRATANTE;



9.2.3. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os quantitativos autorizados pelo município.

9.2.4. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados e informar ao prestador o valor autorizado, e se houver, o motivo das glosas efetuadas, possibilitando o questionamento e correção, se possível;

9.2.5. Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Termo de Referência e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

9.2.6. Solicitar o fornecimento do serviço por e-mail e telefone ao Credenciado;

9.2.7. Realizar agendamento, comunicando aos pacientes seus atendimentos, horário, local, bem como gerenciar as vagas disponibilizadas pelo prestador contratado;

9.2.8. Realizar agendamento e gerar guias de pacientes regulados, conforme classificação de risco, disponibilidade financeira e em conformidade ao encaminhamento profissional;

9.2.9. Acompanhar e fornecer suporte, regularmente, na execução dos serviços, informando ao Credenciado, quaisquer irregularidades ou pendências de ordem técnica ou legal;

9.2.10. Fornecer toda assistência e informações necessárias para o atendimento dos usuários;

## **10. DO PREÇO, FATURAMENTO E PAGAMENTO**

10.1. A remuneração pela prestação e/ou fornecimento de serviços será de acordo com as Tabelas de Valores presentes neste Termo de Referência, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços;

10.1.1. A tabela de procedimentos e valores, constante no Anexo I, poderá ser revista, sempre por interesse

dos Gestores Municipais de Saúde, sempre com anuência da Secretária Municipal de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde, a quem caberá a decisão sobre valores pagos e reajustes na tabela, com base em Deliberação Comissão Técnica deste edital, registrando a fonte dos valores base.

10.1.2. As alterações na tabela de procedimentos e valores serão objeto de republicação deste edital, com destaque aos novos procedimentos ou valores, e na sequência, serão notificados os credenciados regulares, sobre as alterações.

10.1.3. Ocorrendo exclusão, inclusão ou alteração em valor de procedimento já contratado, caberá ao Credenciado a escolha da manutenção do contrato de Credenciamento, a partir da emissão de termo aditivo, registrando a alteração contratual, ou não, por meio de distrato do contrato vigente;

10.1.4. Os serviços de saúde prestados pelos credenciados serão remunerados por cada procedimento realizado.

9.2. Todos os Credenciados deverão manter atualizadas as informações no Cadastro de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

10.2.1. Os serviços, CBO profissional, equipamentos e profissionais credenciados deverão constar na base de dados do CNES;

10.2.2. Quando o processamento da produção for glosado pela desatualização do CNES do credenciado conforme relatório gerado, caberá à autoridade competente realizar a retenção do pagamento dos valores glosados, até que comprovada a atualização do cadastro do credenciado e a produção reprocessada.

10.2.3. Todos os credenciados deverão manter cadastro atualizado, bem como alimentar a informação dos atendimentos oriundos deste credenciamento no Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA) do DATASUS, disponível em <http://ciha.datasus.gov.br/CIHA/index.php?area=04>

10.3. Para faturamento dos atendimentos mensais, o credenciado enviará a produção do dia 01 até o dia 05 de cada mês;

10.3.1. O não cumprimento do prazo, acarretará na prorrogação do faturamento da produção para a competência subsequente, bem como do pagamento desta produção;

10.4. A documentação exigida para faturamento deverá ser encaminhada de forma digital por email, em endereço eletrônico determinado após emissão de contrato, para análise e porteiros pagamento;



10.4.1. A produção encaminhada divergente ao que trata a Lei Federal nº 13.709/2018, não será recebida para faturamento.

10.4.2. Para fins de auditoria, a documentação deverá ser encaminhada na sequência a seguir, agrupado por

a) Relatório de produção gerado no sistema de gestão e/ou prontuário eletrônico ou sistema de informação de saúde designado pelo município;

b) Encaminhamento médico ou requisição do atendimento profissional;

d) Laudos ou relatórios previstos neste TR para fins de comprovação de execução, devidamente assinados pelo responsável pela emissão;

10.5.3. A produção encaminhada fora do padrão orientado no item anterior, poderá ser devolvida para adequação, prorrogando o faturamento, bem como o pagamento para a competência subsequente.

10.5.5. As não conformidades encontradas na auditoria, serão glosadas e informadas por e-mail ao credenciado para adequação. Caso apresentada defesa adequada, o pagamento das não conformidades, constarão na produção subsequente.

10.5.6. O relatório citado na alínea “a” do item 4.5., deverá ser gerado no sistema de prontuário eletrônico G-MUS acessado pelo credenciado, partir do faturamento da requisição, por parte do credenciado;

10.5.6.1. A recepção das Guias de Autorização é obrigatória para a geração do relatório de produção;

10.5.6.2. Relatório de sistema próprio do credenciado, não serão utilizados para fins de auditoria, sendo desnecessário seu envio, sendo descartado.

10.7. A sequência de faturamento da produção mensal, obedecerá a ordem cronológica de recebimento da produção por email;

10.8. Finalizada a auditoria, o credenciado será informado pelo setor de faturamento o valor aprovado para pagamento para emissão da Nota Fiscal;

10.8.1. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao e-mail, pelo qual foi recebida a solicitação de emissão.

10.8.1.1. O Município, não considerará as NF enviadas pelos sistemas automáticos de emissão de NF;

10.8.1.2. Todas as Notas Fiscais deverão ser encaminhadas acompanhadas das CNDs fiscais.

10.8.2. O pagamento da produção ocorrerá em até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal.

10.8.3. O pagamento da Nota Fiscal obedecerá a ordem cronológica de emissão.

10.8.4. Por mês de competência, haverá o pagamento de apenas uma NF.

10.9. Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado à Contratante a realização de auditoria para verificação correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

10.10. A Contratante fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

10.11. É vedada a cobrança de nova consulta nos casos de retorno médico, quando o mesmo paciente retornar ao consultório no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da consulta anterior.

10.12. É vedado ao credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, do usuário, paciente ou terceiro.

10.13. Fica ao encargo do credenciado todas as despesas e custos relativos à aluguel, mão-de-obra, encargos sociais, fiscais e outros que porventura forem necessários à prestação dos serviços.

10.14. O credenciado deverá apresentar comprovação do recolhimento das obrigações trabalhistas, fiscais e securitárias decorrente da relação de emprego com seus profissionais, relativamente às competências em que prestar serviços.

## 11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas provenientes das contratações realizadas correrão por conta da dotação orçamentária própria do Fundo Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde conforme disponibilização de recursos.

11.2. O valor global estimado para consecução do objeto deste edital é de **R\$ 12.400.563,40 (doze milhões, quatrocentos mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta centavos)** a ser direcionado ao longo





da vigência conforme ocorra as contratações, não sendo necessário o bloqueio do recurso de forma integral no ato de publicação do possível edital de credenciamento.

11.2. Para a publicação do presente edital, será baseado o quantitativo global da demanda por procedimento no período de vigência do contrato (12 meses).

## **12. DAS VISTORIAS TÉCNICAS**

12.1. A EXECUÇÃO dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração da CONTRATANTE, com atribuições específicas, devidamente designadas pela autoridade competente.

12.2. O Município de Itajaí poderá compor comissão especial que realizará visitas técnicas nas instalações de qualquer interessado, independente de prévio agendamento, para verificação da capacidade instalada e das reais condições de atendimento às necessidades deste Edital de Credenciamento.

## **13. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

13.1. O Credenciado atenderá aos usuários residentes do município de Itajaí ou aos usuários destinados das Pactuações dentre os municípios da região de saúde adstrita, conforme deliberação da CIB vigente.

13.2. A solicitação da prestação do serviço se dará por contato telefônico ou e-mail pelo Setor de Regulação, Controle e Avaliação de Itajaí ao credenciado.

13.2.1. Serão convocados a prestar serviços todos os credenciados de acordo com as necessidades do Fundo Municipal De Saúde/Secretaria Da Saúde.

13.3. O credenciado disponibilizará as vagas dos procedimentos/consultas credenciados no sistema designado pela gestão municipal, sendo liberado o uso das vagas pelo Setor de Regulação, para posterior agendamento pelos operadores da Secretaria Municipal de Saúde.

13.3.1. O quantitativo de vagas serão dimensionados conforme demanda apresentada, bem como a capacidade do prestador na execução dos procedimentos/ consultas;

13.4. A comprovação da execução dos serviços se dará mediante:

13.4.1. Apresentação do relatório de produção dos procedimentos e consultas - BPA emitida no sistema informatizado designado pela Contratante, encaminhado por veículo de comunicação oficial, emitido pelo responsável legal da empresa Credenciada;

13.4.2. Armazenar as guias de solicitação dos procedimentos e exames realizados, pelo período de 10 anos, com a finalidade de possível auditoria ou confirmações de informações de faturamento, evitando glosas ou prejuízo ao prestador.

13.4.3. O relatório de produção será conferido e mediante constatação de produção condizente será atestado produção e autorizado pagamento;

13.4.4. As Guias de Autorização emitidas pelo município, deverão estar acompanhadas do Encaminhamento do profissional solicitante a ser entregue no prestador para armazenamento;

13.4.4. O relatório de produção deve ser encaminhado ao Setor de Regulação, Controle e Avaliação, aos cuidados do servidor responsável pelo faturamento, após o período de produção (01 à 30/31 de cada mês de competência), agrupado por procedimento/consulta, a ser enviado até o dia 15 do mês seguinte.

13.5. A Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí utilizará sistema informatizado para controle de Guia de



Autorização e agendamentos dos serviços de saúde credenciados.

13.6. Toda necessidade de serviços complementares e/ou procedimentos e/ou cirurgias e medicamentos de alto custo, deverá ser encaminhado seguindo o protocolo do SUS, contendo as informações mínimas do paciente.

13.7. O atendimento prestado deverá ser embasado por protocolos clínicos assistenciais baseados em evidências científicas em saúde e pelas normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e demais gestores do SUS;

13.8. Serão imediatamente excluídos do rol de credenciados os que não cumprirem as regras e condições fixadas para o atendimento aos usuários.

## 14. DAS PENALIDADES

14.1. A inexecução total ou parcial do contrato, terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida no art. 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

14.2. O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida pelo art. 124 e seguintes, da Lei n.º 14.133/2021.

14.3. O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas na forma prevista no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Edital.

14.4. O Município poderá aplicar à Contratada, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 156 da Lei n.14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato resultante deste credenciamento:

14.4.1. Advertência;

14.4.2. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento/serviço do objeto;

14.4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses em caso de desistência do fornecimento/serviços ou execução;

14.5. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

14.5.1. 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pelo fornecimento de material/serviços desconforme com o especificado e aceito;

14.5.2. 1,0 % (um por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

14.5.3. 0,33% por dia, do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste; 5.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

5.5. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal do período aquisitivo respectivo.



## 15. DO DESCREDENCIAMENTO

15.1. Delibera-se motivo para o credenciamento do prestador contratado:

15.1.1. Deixar de atender a solicitação para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

15.1.2. O prestador incorrer em aspectos que comprometam sua capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal e ou Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.3. Ensejar o retardamento proposital da execução do objeto;

15.1.4. Fraudar qualquer aspecto da execução do contrato;

15.1.5. Cometer fraude fiscal;

15.1.3. Conduta profissional que comprometa o preceitos ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

15.1.4. As hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.5. O Credenciado poderá credenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os serviços já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de credenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes;

15.1.6. A municipalidade poderá também optar pelo credenciamento do prestador mediante ausência de demanda que justificasse a permanência do contrato com o prestador, desde que respeite o prazo de 60 dias para comunicação e alinhamento com o prestador.

15.1.6. O credenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso.

## 16. DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento dos contratos previstos no presente edital;

16.2 Para o Contrato a ser firmado em decorrência deste edital, fica designado como FISCALIS DE CONTRATO o servidor indicado: Vanessa Cristina de Souza, Gerente de Regulação Ambulatorial - Matrícula: 1632607 e Victor Moreira de Moraes Lopes, Gerente de Controle e Avaliação - Matrícula 2705301.

16.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no Edital.

## 17. DA DISTRIBUIÇÃO DO TETO FÍSICO/FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ATENDIMENTOS E PROCEDIMENTOS

17.1. As despesas inerentes à execução do objeto da presente contratação, correrá por conta da dotação Orçamentária destinada às contratualizações do Setor de Regulação, Controle e Avaliação.

17.2. Identificada a necessidade da prestação do serviço de saúde constante neste Edital, o município solicitará ao Credenciado a disponibilização de agendamento dos serviços para o atendimento da demanda.



17.3. Quando a oferta do serviço for inferior à demanda dos municípios, se adotará o sistema de cotas, conforme disposto em contrato.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Em caso de revogação ou anulação deste processo, serão observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

18.2 O credenciamento decorrente do presente edital terá caráter precário, uma vez que a qualquer momento o credenciado poderá denunciar a avença, bem como a Administração poderá descredenciá-lo, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital ou no contrato, bastando para tanto notificar por escrito e conceder prazo legal.

18.3. Aplica-se ao presente Edital nas partes omissas, a legislação em vigor.

18.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itajaí para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Credenciamento.

Itajaí, julho de 2025.

\_\_\_\_\_  
Victor Moreira de Moraes Lopes  
Gerente de Controle e Avaliação  
Fiscal

\_\_\_\_\_  
Mylene Martins Lavado  
Secretária Municipal de Saúde

